



Os “Grupos de onze companheiros” em 1964: polêmicas sobre um movimento quase esquecido¹

Diego Martins Dória Paulo²

Resumo

O texto versa sobre os debates em torno dos Grupos de Onze, iniciativa lançada por Leonel Brizola na luta política que atravessa a conjuntura quente que antecede o golpe de 1964. Ao longo da análise, investigamos os desdobramentos políticos e historiográficos das versões coligidas. Tenta-se, assim, contribuir com conhecimento da atuação de um setor das esquerdas em importante processo da história nacional.

Palavras chave: Grupos de Onze, Leonel Brizola, Golpe de 1964.

Los “Grupos de onze companheiros” en 1964: políticas sobre un movimiento casi olvidado

Resumen

El texto aborda los debates en torno a los Grupos de Once, una iniciativa lanzada por Leonel Brizola en la lucha política que atraviesa la situación candente que precede al golpe de estado de 1964. A lo largo del análisis, investigamos los desarrollos políticos e historiográficos de las versiones recopiladas. Por lo tanto, tratamos de contribuir con el conocimiento del desempeño de un sector de la izquierda en un importante proceso de la historia nacional.

Palabras clave: Grupos de Onze, Leonel Brizola, Golpe de 1964.

The “Grupos de onze companheiros” in 1964: controversies about an almost forgotten political movement

Summary

The paper delves with the debates around the Groups of Eleven, an initiative launched by Leonel Brizola in the political struggle that is going through the hot situation that precedes the 1964 coup. Throughout the analysis, we investigated the political and historiographic developments of the collected versions. Thus, we try to contribute with knowledge of the performance of a sector of the left in an important process of national history.

¹ O artigo é síntese parcial dos resultados de minha pesquisa de mestrado, financiada pela CAPES e realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-Unirio) entre 2014 e 2016.

² Doutor em História pelo PPGH-UFF. E-mail para contatos: dmdpaulo@gmail.com

Key words: Grupos de Onze, Leonel Brizola, 1964's brazilian coup d'etat.

Debruçar-se sobre o tema dos Grupos de Onze Companheiros demanda do pesquisador cautela suplementar no trato com as fontes e com a produção acadêmica sobre o tema. É que o objeto foi fronteira de importante disputa política na conjuntura de instauração da ditadura iniciada em 1964. Muito se falou na ocasião sobre a afamada organização de Leonel Brizola. Nos jornais, a história do seu Inquérito Policial Militar (IPM) rendeu série de reportagens que mantiveram leitores atentos às idas e vindas processuais da repressão legal efetuada pelos aparelhos coercitivos do novo regime. Interessavam a muitos a natureza e o objetivo dos grupos. Boatos sustentavam que os também chamados *comandos nacionalistas* eram, na verdade, grupos armados prontos para formar as células de um exército revolucionário na luta a favor das *reformas de base* e contra o golpe liderado por militares e organizado por setores ligados a empresários reunidos em organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, brilhantemente estudado por René Dreifuss³. Na trilha da repressão, a organização foi alvo prioritário dos golpistas, e seus membros foram caçados com especial violência no interior do Brasil.

Destes apontamentos preliminares surgem questões que ora nos interessam. A História, pelo menos desde 2004, tem consolidado uma versão sobre o golpe que reparte responsabilidades entre as *direitas* e as *esquerdas* devido à polarização política que esgarçou o tecido democrático nacional no início da quente década dos anos 1960⁴. Em livro publicado sobre o “golpe militar” e a ditadura 40 anos depois, Marcelo Ridenti, Rodrigo Pato Sá Motta e Daniel Aarão Reis Filho celebram o ânimo recobrado pela “sociedade” que, ao então enfrentar o esquecimento sobre os *idos de março e a queda de abril* e sobre sua ditadura, lotou auditórios e gastou muita tinta nas *disputas de memória* sobre aqueles eventos⁵. A efeméride,

³ DREIFUSS, René. 1964. A conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 2004

⁴ Uma historiografia cuja matriz é o trabalho de Argelina Figueiredo, intitulado *Democracia ou reformas?*, tem defendido que, na conjuntura quente de 1964, esquerdas e direitas repartiram responsabilidades pela formação de um “consenso negativo” acerca do regime democrático – sendo, por isso, ambos os lados do espectro político algo “participes” (ainda que, no caso dos golpeados, indiretos) do desfecho da crise logrado no dia 2 de abril de 1964, com a efetiva deposição de João Goulart contra o que rezava a Constituição então vigente. O posicionamento algo sutil da autora na matéria contrasta com afirmações mais categóricas realizadas tanto por afamados historiadores profissionais, como Daniel Aarão Reis Filho (2000) e Jorge Ferreira (2019), que apontam o crescente recurso à violência como arma de luta pelas esquerdas, do que se depreende possível disposição golpista; além das tragicômicas versões claramente apologéticas do golpe apresentadas por atores políticos associados à ditadura, cuja síntese mais famosa é a do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra (2006), frequentemente esgrimida entre as falanges da extrema direita que insistem no negacionismo da ditadura e de seus crimes.

⁵ REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. O golpe e a ditadura militar 40 anos depois. Santa Catarina: EDUSC. Pg. 9-10.

contudo, simboliza também o refluxo de uma tradição historiográfica que pontuava clara divisão entre golpistas e golpeados. Surgia no horizonte outra narrativa mestra, para uns, revisora; para outros tantos, revisionista⁶.

Esta renovada interpretação de 1964 abre espaço para o estudo das disposições golpistas também por parte das esquerdas. Ora, poderia significar outra coisa o tão criticado *pouco apego democrático* por membros “extremistas” de suas fileiras? É com esta nuvem sombria no horizonte do passado que procedemos ao estudo de nosso tema. O debate, no momento em que escrevo mais vivo do que nunca, aponta para uma questão nem sempre muito clara. Se a posição favorável a uma ruptura institucional gozou de prestígio entre as hostes *esquerdistas* a ponto de servir de medida de comparação com aqueles que efetivamente romperam com as sagradas “regras do jogo”, urge identificar os centros desta suposta articulação potencialmente golpista, como, no mais, foi feito com exímia perícia por historiadores que estudaram a participação decisiva dos setores *de direita* no golpe realmente existente – dentre eles, o já citado Dreifuss. Neste caso, o estudo da atuação política de Leonel Brizola – tido como um dos líderes mais *extremos* das esquerdas na dada conjuntura⁷ – mostra-se pertinente para o esclarecimento deste enigma. Se havia por parte do *caudilho gaúcho* pouco apego ao regime democrático, onde a tendência disruptiva se manifestava?

Chegamos, assim, ao que considero o ponto de inserção de nosso problema no debate. Aqui ele ganha a estatura de uma questão que, embora de lembrança esmaecida, é capaz de auxiliar na compreensão dos circuitos de formação deste discurso *revisionista* sobre a atuação das *esquerdas* nos momentos que antecederam o golpe de 1964. Ora, a polêmica sobre os Grupos de Onze Companheiros (doravante G-11), envolve precisamente versões que os acusam de serem base da formação de um *exército revolucionário, construído à maneira do exército vermelho bolchevique*. Se o debate sobre 1964 encontra lados algo tímidos em firmarem posição sobre o suposto golpismo das esquerdas, o trato dos G-11 não poupou “sinceridade” por parte daqueles que sustentam, ainda que indiretamente, a tese⁸.

6Um grupo de historiadores ligado às esquerdas tem qualificado de *revisionista* a operação historiográfica que formou este tipo de questionamento sobre 1964. Segundo seu mais talentoso defensor, Demian Melo, os anos 2000 assistiram ao renascimento desta polêmica que ecoa a versão dos próprios golpistas sobre seus atos, buscando romper um consenso histórico fabricado por estudos das ciências sociais e humanas. Sobre isso, ver a coletânea publicada em 2014 organizada por MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

7FERREIRA, Jorge. Os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-584.

8A posição é visível, sem surpresas, na academia. Acerca dos que consideraram os G-11 desta forma, o trabalho de Thomas Skidmore (2007) é o melhor exemplo.

Os “Grupos de Onze Companheiros”: debates, fontes e questões na academia

Os G-11 foram criados por Leonel Brizola em fins de 1963. No período, o líder nacionalista já expressava insatisfação com a débil capacidade organizativa do campo progressista, ponto fraco que reduzia suas forças em um momento que era sentido como decisivo. A fim auxiliar na questão, Brizola concebeu os G-11 à maneira de um “time de futebol”, ideia de fácil assimilação pelos subalternos no Brasil dado o apelo da modalidade esportiva no país. Nas palavras do velho caudilho, os também chamados *comandos nacionalistas* não seriam formados para “fazer crochê” ou “tomar chá”, mas para “defender as conquistas democráticas do povo e fazer avançar” as assim chamadas Reformas de Base⁹. Os grupos comporiam, por conseguinte, uma:

[...] organização popular para atuar, para agir, para lutar. Não para tomar chá. Essas unidades irão atuar e se reunir não para tomar chá ou para fazer crochê. Não. Exatamente com o propósito de defender as conquistas democráticas do nosso povo e avançar. Pela realização de uma democracia autêntica. Pela realização imediata das reformas e pela conquista de nossa libertação. Se pretenderem golpear as nossas liberdades, as nossas conquistas democráticas, não tenham dúvida. A luta vai sair! Vai haver luta!¹⁰.

O discurso radiofônico a partir da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, acima transcrito, indica que Brizola via a necessidade de “luta” por mais democracia e reformas. A afirmação de defesa da democracia, contudo, não deveria contentar nenhum pesquisador que deseje investigar a fundo o problema – dada as conhecidas funções retóricas de discursos políticos, especialmente em meios de comunicação de massa como o rádio. Assim, a natureza e as implicações daquela luta são objeto de debates. Carla Brandelise e Marluza Marques Harres, estudiosas do Rio Grande do Sul, importante centro de estudos sobre Leonel Brizola, enxergam nos G-11, principalmente, um embate no interior do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com Brizola os instrumentalizando para reforçar sua posição de líder nacionalista, inclusive no interior da sigla. Assim, as historiadoras observaram como a ação dos grupos foi

9 A fala foi gravada pela política política da Guanabara a partir de uma locução de Leonel Brizola pela Rádio Mayrink Veiga, sediada no Rio de Janeiro. Como a emissora funcionava em cadeia com associadas por todo o Brasil, não há como saber, com os dados de que dispomos, onde o líder nacionalista se localizava, tampouco é possível saber a data precisa da gravação, ausente da fita consultada. O material pode ser localizado no fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4, depositado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Uma análise mais detalhada deste material foi exposta na minha dissertação de mestrado. Ver: PAULO, Diego Martins Dória. Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. 2015

10 Transcrição própria a partir de audições de fitas arquivadas no fundo BR APERJ DOPS/GB CX 2 fita 4.

coibida no Sul do país por ações de petebistas, sob argumentação de que não concordavam com “movimentação mais radical” do partido¹¹.

O chamamento à mobilização autônoma do “povo” parece corresponder a uma descrença na efetivação das reformas políticas e sociais por meio institucional – especialmente se considerarmos a relação entre representantes e representados na conjuntura. Ora, o cerceamento dos direitos ao voto dos analfabetos expressa as limitações do sufrágio contidas na Carta Constitucional de 1946, o que contribuía sobremaneira para a *necrose* das instituições, conforme o próprio Brizola entendia naquela conjuntura. Assim, entendendo *democracia* não como um conjunto de procedimentos para seleção e rotação de elites no poder, mas como um movimento que expressa a participação popular na política, pouco se poderia dizer a favor daquele Congresso brasileiro. Não porque sua composição fosse *ruim*, não se faz História com este tipo de julgamento; mas pela baixíssima participação popular – tolhida por movimentos como a exigência de alfabetização – do que se desdobravam inúmeros problemas para a identificação entre as camadas mais baixas da sociedade e aqueles que diriam representa-las – mesmo nos setores dito progressistas.

Ainda que pesquisas como a de Antônio Lavareda indiquem um progressivo avanço eleitoral do PTB¹², tal avanço não parecia ser visto como suficiente para tornar as instituições ferramentas de implementação do projeto social ilustrado pelas Reformas de Base, sobretudo pela captura das instituições de representação pelas classes dominantes do país. Dialogando com as sugestões de Brandelise e Harres, pode-se argumentar que Leonel Brizola, assim, via em ações extraparlamentares tanto uma forma de ampliação do acesso à participação política – do que a reforma eleitoral com inclusão de direito de voto para analfabetos é um bom exemplo – como um meio de aumentar o próprio eleitorado – já que o nacionalista reivindicava o posto de representante popular por excelência, pelo menos desde a morte de Vargas. Os G-11 representariam, portanto, um duplo movimento. Movimento que tanto reforçaria a liderança de Brizola no campo das reformas, ratificando a posição cimeira conquistada em 1961, no episódio conhecido como Campanha da Legalidade, quanto expressaria a crença do petebista na mobilização popular como forma de enfrentamento a um Congresso que, segundo ele, uma vez que fora capturado pelo “antipovo”, resistiria o quanto pudesse ao avanço da democratização¹³.

11 BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza. Os comandos nacionalistas. Estratégias de Leonel de Moura Brizola in: DELGADO, Lúcia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

12 LAVAREDA, Antônio. Democracia nas urnas. Rio de Janeiro: Revan, 2012

13 *Idem*.

Posição diversa adota Marli de Almeida Baldissera, em sua tese doutoral sobre os G-11. De acordo com a autora, as pessoas que efetivamente se organizaram nas células animadas por Leonel Brizola, ao menos na região do Alto Uruguai, objeto de seu estudo, não teriam compreensão das tarefas que delas se esperava cumprimento. Deriva daí, portanto, a ausência de potencial transformador desses companheiros e companheiras organizados, que haviam se reunido apenas pelo carisma de Brizola, cuja oratória por si só seria capaz de insuflar disposições organizativas no “povo”¹⁴. Para sustentar esta análise, Baldissera se resguarda nos relatórios de IPM’s que tinham como réus ex-participantes dos G-11. Ao perceber, pois, a ausência de um sentido revolucionário nos depoimentos dos suspeitos de subversão durante os processos em que eram réus, a autora conclui por sua *inocência*; isto é, entende que ali não estavam “guerrilheiros”, mas tão somente “gente humilde” desavisada, sem real conhecimento das implicações do projeto político ao qual aderiram. Os G-11, nesta chave de análise, não poderiam ser instrumento efetivo de luta, armada ou não, posta a ausência de uma consciência política coesa por seus membros. Mais: seria equivocado tentar entendê-los como uma experiência homogênea, dada a multiplicidade das apreensões de seu sentido pelos receptores¹⁵.

Contudo, há problemas metodológicos na pesquisa. Não são consideradas, neste sentido, as circunstâncias da extração daqueles depoimentos, francamente favoráveis ao falseamento da verdade pelos depoentes. Convenhamos, ainda que tivessem pleno conhecimento do projeto político de Leonel Brizola e com ele concordassem absolutamente, era esperado que, frente à Justiça Militar e em um ambiente de fechamento do regime político, ameaçados pela perspectiva da prisão ou coisa pior, aquelas pessoas mentissem, declarando o necessário para salvar sua pele. Muito ao contrário da *inocência* derivada da ignorância política, aqui as respostas podem mostrar aguda capacidade de percepção da realidade.

14 A autora se filia, assim, a uma corrente de estudos das lideranças políticas *carismáticas* - tradição de pesquisa de clara filiação ao pensamento de Max Weber. Diferentemente deste, porém, a pesquisadora negligencia a dimensão histórica da construção disto que se considera “carisma”, por vezes sugerindo que o mesmo derivaria de talento inato. Ver: BALDISSERA, Marli. Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

15 Nos estudos que partiram da perspectiva dos participantes dos G-11, convém lembrar as contribuições de pesquisas no campo da História Oral, sobretudo a partir de núcleos de estudo do Sul do país, onde o trabalho com este tema é relativamente mais abundante. Nesta perspectiva, o acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina disponibiliza importante *corpus documental*, já trabalhado por autores que se dedicaram ao estudo dos G-11 naquele Estado. São os casos de Diego Pacheco e da própria Marli Baldissera, acima comentada. Ver: PACHECO, Diego. Ecos da resistência. Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina. P. 184; BALDISSERA, Marli. Os “perigosos” grupos dos onze e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores. Velhos e novos desafios. Florianópolis: UFSC, 2015

Os estudos acadêmicos sobre os G-11 ganharam importantes instrumentos de análise durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível federal. Devemos à política de incentivo ao estudo da memória da ditadura a revelação de documentos importantes do período. No sítio documentos revelados¹⁶, por conseguinte, há grande quantidade de fontes sobre os grupos. Por meio dele, consultei relatórios policiais lavrados antes do golpe de primeiro de abril e depois do ocorrido. Em ambos os casos, porém, em que pesem divergências de conduta e explicação para a motivação dos grupos, não há menções a tentativas de luta armada pelos G-11, ainda que o debate público já reverberasse a possibilidade à época.

É pela ampliação do acesso à documentação que a pesquisa com fontes primárias poderá trazer respostas definitivas sobre a suposta tendência guerrilheira dos G-11. Os limites destas páginas não comportam, naturalmente, pesquisa exaustiva sobre os documentos revelados acerca dos G-11. Pelas dezenas de documentos que já foram consultados, pode-se sustentar que, via de regra, o que se encontra são histórias com G-11 envolvidos em disputas pela terra no interior do país – sem qualquer menção à luta armada, consistindo tais disputas muito mais na formação de grupos de estudo e pressão política. Vejamos um exemplo, aqui pinçado para iluminar um tipo comum de documentação encontrada com referências àqueles grupos – sem pretender, claro, que esta seja a representação do todo. Trata-se do relatório do delegado de Capanema, no Oeste do Paraná, encaminhado ao secretário de segurança do Estado, versando sobre a atuação dos G-11 na região. De acordo com a fonte, foram formados cerca de “cem grupos” como aqueles. O delegado relata a existência, entre eles, de líderes “arruaceiros” e “bandidos”, por constituírem ameaça à ordem pública, uma vez que se envolveram em brigas, “atos de vandalismo” e “ameaças de morte”¹⁷. Percebemos, a partir das fontes, que, naquela região, a organização dos G-11 se vinculou à questão anterior da luta pela terra, o que amplia a dificuldade do estudo da documentação, atravessadas que são por um tema potencialmente explosivo no interior do Brasil, especialmente nos anos 1960. Todavia, diante do que é possível analisar, parece-me que as arengas de Brizola pela reforma agrária foram motivadoras da adesão de contingentes populares ao projeto dos *comandos nacionalistas*. Estes teriam identificado nesta forma de organização uma oportunidade de ampliar o combate pela repartição fundiária, ponto fulcral em uma região onde o latifúndio avançava. Seja como for, não há, na documentação, nenhuma referência a nada que se

16 Ver: www.documentosrevelados.com.br, site com importante acervo de documentos policiais do período.

17 Fonte disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/3.jpg> (acessado em 26/11/2015 às 19:45)

assemelhasse à luta armada como forma de atuação daqueles grupos. Mesmo a “ameaça de morte”, relatada pelo delegado, além de pouco incisiva, teria se devido “principalmente a uma escaramuça pessoal” que envolveria o “notório criminoso Miguel Alves Rodrigues e seus inimigos”¹⁸.

O caso envolvendo aqueles G-11 não se resolveu com a primeira carta enviada ao secretário, sendo desdobrado em eventos posteriores, relatados pelo delegado. Assim, em março de 1964, Argeu Saraiva voltava a remeter ao secretário de segurança informações sobre os G-11, especialmente sobre aquele que era identificado nos depoimentos como seu líder mais “inquieto”, de nome Antônio Rosin. Segundo informações de agentes policiais infiltrados no movimento sindical rural, do qual Rosin fazia parte, o mesmo instava seus companheiros a resistirem contra os “traidores da pátria” e “ladrões” do Brasil, referindo-se com isso aos defensores do latifúndio. A forma de luta encaminhada por ele, sempre segundo o relatório, no entanto, não implicava levante armado, como temia o secretário, mas sim a filiação ao Partido Comunista, que estaria organizando a luta pela terra na região – o que, dependendo a que organização comunista o depoente se referenciava, nada indicaria disposição de luta armada – inclusive provavelmente trata-se do exato contrário, posta a orientação dominante do PCB à época¹⁹.

Assim, é fato que é preciso avançar mais neste tipo de pesquisa, mas o progresso dos estudos tem ratificado o que até aqui se sabe: não se verifica qualquer indício mais concreto de que os G-11 possam ter sido espécie de embrião de um exército revolucionário, pronto a pegar em armas ao comando de seu líder. Se aqui cotejamos fontes primários e produto acadêmico com esta versão, é porque ela ainda é sustentada por atores políticos que vivenciaram a conjuntura do golpe e a própria ditadura, não raro firmando posições de um dos lados da contenda que dividiu o país nos anos 1960 e depois.

A polêmica entre os petebistas de ontem e a grande mídia empresarial de sempre

A pesquisa por evidências que indiquem o uso dos G-11 como embrião de um exército revolucionário também se interessou pelos depoimentos daqueles que viveram o golpe e a ditadura. Relembrando a conjuntura política que marcou a formação do regime autoritário, o ex-petebista e senador Pedro Simon qualificou os G-11 como uma iniciativa pessoal de

18 *Idem, ibidem.*

19 Fontes disponíveis em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/3.jpg> e <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/02/4.jpg> (acessados em 27/11/2015, às 11:29).

Leonel Brizola, que objetivava ampliar sua base de apoio na sociedade vinculando seu nome às pautas progressistas, então com alta popularidade. Também por isso o PTB não decidiu apoiar a iniciativa como partido, sua organização ficando a cargo de frentes extrapartidárias.

[Os G-11] eram uma espécie de “cadeia de apoio” com que Brizola imaginava extrapolar o PTB e criar um movimento de base, bem articulado, para dar suporte à sua candidatura, independente dos partidos. Essa impressão foi manifestada antes de 1964, no diretório do PTB de Caxias, quando nos recusamos a promover os Grupos dos Onze²⁰.

Na biografia de Leonel Brizola escrita por F. C Leite Filho, assessor e amigo do político, a análise de Simon é reforçada. De acordo com o biógrafo, as iniciativas de Brizola na quadra histórica de 1964 tem relação direta com suas experiências em 1961, ano da bem sucedida iniciativa pela legalidade. De acordo com Leite Filho, aquela vivência teria moldado a interpretação de Brizola sobre a forma e o conteúdo das mobilizações populares: no Brasil, as empreitadas do tipo foquistas, guerrilheiras, como foram experimentadas na Bolívia e em Cuba, nesta com sucesso, não teriam como vicejar. Pela extensão do território e por supostas características do “povo brasileiro”, a mobilização por veículos como o rádio era mais eficiente por incendiar mais depressa “as massas”. O autor relembra inclusive uma expressão utilizada por Brizola para explicar seu ponto de vista: a mobilização popular no Brasil se daria como “batatinha, que pega ligeiro”, sem necessidade – e possibilidade – de grande preparação exigida por organizações de cariz guevarista²¹.

Talvez o mais contundente depoimento sobre o tema tenha sido recuperado pelas historiadoras Carla Brandalise e Marluza Harres, cujo trabalho já foi comentado neste artigo. As pesquisadoras apresentam depoimentos de Cibilis Viana sobre os G-11. Antes de reproduzi-lo, contudo, convém lembrar a importância da personagem, sobretudo pelo lugar por ela ocupado no processo histórico em análise. Professor titular de economia na Universidade do Rio Grande do Sul, antigo nome da federal local, Cibilis Viana compôs os governos de Leonel Brizola no estado e, posteriormente, no Rio de Janeiro. No Sul do país, foi chefe do gabinete de Administração e Planejamento, sendo responsável por elaborar projeto de reforma agrária. Acompanhou Brizola, ainda, nas principais manifestações populares em que o petebista se envolveu naquela conjuntura, sendo particularmente atuante na Campanha da Legalidade e, mais importante para meus objetivos, na comitiva nacional dos G-11, oportunidade na qual se responsabilizou pelas diretrizes a serem despachadas àquelas

20 SIMON, Pedro apud GUTEMBERG, Luiz. *Pedro Simon. Uma biografia*. Brasília: Dédalo, 2001, p. 25

21 LEITE FILHO, F. C. *El Caudillo. Um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008. P. 256. O curioso é notar que, na memória sobre a resistência à ditadura, a luta mais comumente associada a Leonel Brizola é a Guerrilha do Caparaó, que teria utilizado a estratégia cubana e, por isso, teria sido derrotada.

células populares. Esta breve anamnese biográfica se, por um lado, situa o depoente no centro dos acontecimentos, por outro, o envolve em demasia, o que talvez exija certa prudência no trato da fonte.

É com o problema em tela que reproduzimos sua fala.

[...] embora muitos considerassem uma mobilização militar, a ideia de Brizola era a mobilização popular, formar uma corrente de opinião capaz de dar sustentação às reformas, principalmente a Reforma Agrária e a contenção do que chamava “processo espoliativo” de nossa economia. Brizola deixava antever que essa mobilização, através dos Grupos dos Onze companheiros, teria papel preponderante para o controle do PTB e para fortalecê-lo politicamente²².

Também apontam em tal direção as palavras de outro petebista, Ney Ortiz Borges, advogado e ex-deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul. Para Borges,

[...] não queria implantar milícias. Acho que nunca pensou nisso. O que ele queria fazer, já que no partido havia muita gente conservadora, que não aceitava as mudanças, era organizar grupos para influir na opinião pública, fazendo com que a própria opinião pública levasse a uma modificação, a uma política diferente no partido. Ninguém do partido se metia nisso. Era um negócio dele, Brizola. Ele queria gente que tivesse a possibilidade de ter atitudes mais agressivas para poder, como dizia ele, modificar as estruturas econômicas, sociais, políticas e educacionais do país²³.

A entrevista de Ney Borges é bastante ilustrativa do que aqui foi mais acima indicado. Não é possível dissociar, nesse momento histórico, o projeto pessoal de Brizola do sucesso da frente reformista, tamanha foi a capacidade de o petebista ter se colocado como porta-voz legítimo daquele grupo social. Vemos, pois, um movimento em que a defesa de uma pauta coletiva se consubstancia à conquista de um objetivo pessoal. A lógica da coisa, no entanto, não se esgota aí, uma vez que também os desdobramentos dos antagonismos sociais, com suas diversas expectativas em disputa, imprimem naquele projeto pessoal uma característica específica. Seja por servir de lastro documental para algumas das interpretações acadêmicas aqui comentadas, seja pela capacidade de estas terem captado o sentido daquele problema, parece haver certa confluência interpretativa entre as memórias petebistas aqui coligidas e as narrativas dos estudiosos acima descritas. Para os fins que nos propusemos, entretanto, basta atestar que não há, até aqui, qualquer base empírica que indique minimamente a disposição dos G-11 de formarem setores armados de um exército revolucionário liderado por Leonel Brizola.

22 VIANA, Cibilis. Apus HARRES, Marluza; Brandelise, Carla. Op cit.

23 Entrevista concedida a Carla Brandelise e Marluza Harres em 30 de julho de 2012, disponível em. BRANDELISE, Carla; HARRES, Marluza. Op cit. p. 187.

Se até aqui apresentamos estas versões em comparação a essa hipótese, é porque há na grande mídia empresarial, ontem e ainda hoje, certa circulação desta tese. Vejamos a edição do *Jornal do Brasil* de 23 de janeiro de 1964. Foram repercutidos, na ocasião, os ataques do líder da União Democrática Nacional (UDN), Bilac Pinto, ao bloco reformista comandado pela Frente de Mobilização Popular (FMP). Na edição daquele dia, o periódico destacou a análise do parlamentar sobre a assim chamada “guerra revolucionária” que era imposta pelos “radicais de esquerda com anuência do presidente da República, o Sr. João Goulart”. Buscando sustentar a acusação, Bilac Pinto lembrava que as greves e motins de subalternos das Forças Armadas contavam, inclusive, com apoio da Presidência da República²⁴. Neste panorama, os G-11 seriam “prova” da infiltração de “inimigos da pátria” no governo federal, uma vez que atendiam ao comando de Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart. Seu papel, sempre de acordo com o argumento, seria a de formar o embrião de células armadas, que estavam disponíveis para impor o programa reformista dos “políticos de esquerda”, aos quais o presidente se aliara. O jornal distribuiu essa análise de Bilac Pinto e sua repercussão entre os demais udenistas por diversas páginas da edição. Apenas no canto, em um dos rodapés de texto, publica nota com direito ao contraditório sobre os G-11. Nela, Paulo Schilling, redator de *O Panfleto* e aliado de Brizola, reafirma a constitucionalidade dos grupos, ressaltando que os mesmos apenas serviam para organizar “o povo” para a defesa das “instituições democráticas”²⁵. Por outro lado, convém lembrar que Bilac Pinto, pouco mais tarde, revelar-se-ia notório golpista, sendo apoiado pessoalmente pelo Marechal Castelo Branco, agora presidente, para presidir a Câmara dos Deputados em Brasília – o que efetivamente ocorreria a partir de 1965²⁶.

A oposição do *Jornal do Brasil* às esquerdas em geral e a Brizola em particular fica evidente no tratamento dispensado à cobertura sobre os G-11. Efetivado o golpe, a Rádio Mayrink Veiga foi invadida por forças militares em caça a “subversivos”. Os brizolistas entravam na mira preferencial das forças repressivas. Com cobertura especial sobre as cassações e o confisco da rádio, o *Jornal do Brasil* voltou a especular sobre os grupos, dessa vez tentando relacioná-los a uma iniciativa dos comunistas “preocupados com a guerra revolucionária”²⁷. Como de costume entre os principais expoentes do jornalismo pátrio daqueles tempos, quando em oposição a projetos que visassem o mínimo de transformação

24 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 24 de janeiro de 1964, p. 4

25 *Idem*.

26 FILHO, João Roberto Martins. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: Alameda, 2019, p. 79

27 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 28 de abril de 1964, p. 5

das estruturas sociais, nenhuma prova seria necessária para fundamentar especulações as mais variadas.

Assim, o periódico apresentava aos seus leitores, não sem cômica e trágica dramaticidade, o “idealizador por trás dos Grupos dos Onze”, que seriam somente aparentemente liderados por Leonel Brizola. Era Ladislau Alves da Silva, homem de 49 anos, morador do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, e com extenso currículo de viagens “para países comunistas”²⁸. A personagem seria, sempre de acordo com Jornal do Brasil, o responsável por agitações subversivas no país e no exterior, sendo por isso preso pelo novo regime.

A historiografia foi pouco generosa com Ladislau Alves da Silva. O suposto sujeito não foi objeto de nenhuma investigação conhecida na academia. Tampouco os jornais da época, além do Jornal do Brasil, repercutiram histórias sobre a “mente por trás dos Grupos dos Onze”. Aliás, sequer o citam. Era consenso – e ainda o é – que Leonel Brizola fora o criador da iniciativa, sendo a figura de Ladislau possivelmente evocada pelo Jornal do Brasil como bode expiatório e/ou por tentativa de relacionar os grupos a um esquema revolucionário internacional.

Essa estratégia se torna óbvia no dia 16 de julho de 1964, quando o diário publica extensa reportagem “revelando documentos secretos dos Grupos dos Onze companheiros”. Na edição, são veiculadas as supostas “instruções reservadas” aos grupos, de acesso restrito a uns poucos dirigentes. O documento é bastante diferente do conhecido manual de lançamento da iniciativa, disponível em acervos documentais públicos a pesquisadores do tema. Na versão apresentada pelo Jornal do Brasil, os “companheiros” de Brizola são nomeados “soldados da luta contra o capital espoliador”. Lê-se ainda um destacado chamado ao armamento “com todo tipo de arma e calibre”, bem como o respeito à aliança com os comunista de linha chinesa, em detrimento “dos aburguesados seguidores de Moscou”²⁹.

O espaço dedicado pelo Jornal do Brasil ao documento é significativo da importância que a reportagem adquiriu para os donos do jornal, bem como para outros atores políticos interessados na repercussão da peça. Um elemento pouco mencionado pelos que recorrem a este material para embasar a tese de que os G-11 eram grupos armados: na própria publicação há a admissão de que o documento teria sido repassado ao periódico pelo *gabinete do Ministro da Guerra* da ditadura. O que é um dado fundamental, posta a tensão existente, nos

28 *Idem, ibidem.*

29 JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964, p. 15

primeiros anos do novo regime, entre o grupo que se reúne em torno de Castelo Branco e a oficialidade frequentemente identificada como *linha-dura*, que tem como uma das caixas de ressonâncias de sua pressão política precisamente aquele ministério, então ocupado pelo general Costa e Silva. Considerando a data da publicação, percebe-se ainda proximidade com a data da edição do Ato Institucional que efetivaria as primeiras cassações do regime – um dos pontos da *cizânia militar*, com a ala *dura* exigindo o aprofundamento dos expurgos³⁰.

Voltando ao texto publicado pelo jornal, diante da limitação deste espaço, decidimos recortar alguns trechos especialmente úteis para nossos objetivos. Todos falam sobre atos de violência que deveriam ser praticados pelos G-11 no momento do “levante de libertação nacional”³¹.

Assim, os participantes dos grupos:

[...] não poderiam se deter à procura de justificativas acadêmicas para os atos que possam vir a ser considerados pela reação e pelos companheiros sentimentalistas agressivos demais ou, até mesmo, injustificados. (...) Devemos, e é nossa obrigação pessoal, fazer ver aos Grupos dos Onze companheiros que estamos em permanente luta contra os inimigos externos e internos do povo brasileiro e que, qualquer que seja a situação que se lhes apresente ou as ordens a serem executadas, os FINS JUSTIFICAM OS MEIOS e que TUDO será ainda pouco para a LIBERTAÇÃO NACIONAL. (grifos do documento)³²

A flagrante pregação à violência contida no documento do jornal contrasta com o que temos lido até aqui sobre a ação dos G-11. Essa orientação tática *diferenciada* fica ainda mais destacada quando o autor, desconhecido, pois o documento não é assinado, versa sobre a preparação que antecede o “dia glorioso” do levante. Na letra do texto,

[...] os companheiros dos Grupos dos Onze procurarão conseguir, de já, os armamentos necessários para o momento supremo, e lembramos que tudo servirá como arma, desde as rudimentares e pouco eficientes manulichas e espingardas de carga dos camponeses, até revólveres, pistolas e metralhadoras, sendo de não esquecer os preciosos “coquetéis molotov” e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estopa e panos embebidos em óleo ou gasolina³³

O caráter da fonte nos impele a quase fazê-la falar por si. Continuemos. “Armados até os dentes”, os G-11 teriam:

[...] como finalidade primordial, deter, em todo o seu raio de ação, municípios, vilas, distritos e povoados, todos as autoridades públicas, tais como Juiz de Direito, Prefeito, Delegado de polícia, Vereadores, Presidente da Câmara, Políticos influentes

³⁰ Sobre o tema, há o brilhante estudo de João Roberto Martins Filho, acima já citado em nota de rodapé.

³¹ *Idem, ibidem.*

³² JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964, p. 15

³³ *Idem, ibidem.*

e outras personalidades que por acaso estejam dentro de sua esfera de atribuição e limites de ação, recolhendo-os a locais apropriados preferencialmente no meio da mata, sob guarda armada permanente. (...) Os Grupos dos Onze terão de ser instruídos da importância e gravidade que é a de deter, guardar e eliminar antirrevolucionários, os antipovo, aos quais poderão se juntar os latifundiários e grandes proprietários³⁴

Além das “prisões arbitrárias”, caberia também aos *comandos nacionais* a:

[...] destruição de armazéns, pontes, passagens, vias férreas, ataque e desarmamento de pequenos grupos de soldados, procurando-se organizar a revolta nas troas, difundindo-se notícias falsas, tendenciosas e inteiramente favoráveis aos nossos G-11 e aos planos. Interceptação das comunicações telefônicas para isolamento das cidades e de seus meios de comunicação. Fechamento das barreiras, isolamento, por meio de barricadas, dos bairros, ruas principais e praças mais movimentadas. Lembrar sempre que a surpresa é o fator principal de sucesso inicial da Libertação Nacional e trabalhar, naquele momento, com o máximo de nossos esforços, por meio de atingir aquela libertação

Trata-se, indubitavelmente, de uma nova perspectiva sobre os G-11. Não vemos aqui, nem de perto, um grupo de ação política panfletária, de defesa dita ideológica da pauta nacionalista e/ou reformista. A crer no que afirma o Jornal do Brasil por meio de fonte concedida pelo, insista-se, gabinete do Ministro da Guerra da ditadura, os grupos de Leonel Brizola não teriam mesmo tempo para nada disso. Muito menos para “fazer crochê” ou “tomar chá”. Posto o que se sabe sobre os conflitos no interior das Forças Armadas durante a ditadura – novamente remeto o/a leitor/a ao trabalho seminal de João Roberto Martins Filho sobre este problema – a divulgação do Jornal do Brasil parece atender aos interesses de grupos de militares que pretendiam ampliar o contingente de cassados pelo regime instaurado em abril. Trata-se, portanto, de mais um exemplo de como a imprensa nacional agiu como ator político na e, por que não?, da ditadura, dado o esforço em tela de legitimação da repressão em curso.

Os usos políticos da imprensa – seja como instrumento, seja com sujeito – não ficaram, por óbvio, no passado. Em 2009, a Rádio CBN, das Organizações Globo – rival por excelência de Leonel Brizola – “descobriu” um dossiê sobre os G-11 com arquivos de militares do período da ditadura. A letra entusiasmada da jornalista Mariza Tavares, que assina a matéria, inicia a história com ares de suspense policial.

"Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído." Este era o texto do curto bilhete que acompanhava o pacote que recebi pelo correio, enviado por uma ouvinte fiel da CBN. Dentro, um calhamaço de 64 páginas já amareladas, no qual chamava atenção o carimbo no alto, em letras garrafais: SECRETO. A ditadura militar brasileira incinerou regularmente documentos sigilosos. Este dossiê estava

34 Idem, ibidem

em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardar os papéis em casa. Datado de 30 de setembro de 1964 e assinado pelo general-de-brigada Itiberê Gouvêa do Amaral, o documento ostenta a classificação A-1, que até hoje é utilizada pela área militar e que significa que é de total confiança. A classificação varia de A a F para a confiabilidade da fonte; e de 1 a 6 para a confiabilidade do conteúdo³⁵.

O conteúdo do malote descrito no formato jornalístico pela reportagem da CBN é o memorando com “instruções secretas”, acima comentado, como a esta altura o leitor atento já percebeu. Na narrativa, o dossiê escapou da destruição, ainda que maiores detalhes sobre como isso ocorreu não sejam dados. A menção ao fato passa a ideia de revelação de um documento que se tentou a todo custo esconder – o que de fato teria ocorrido até a revelação bombástica da reportagem. Os códigos de classificação militar “ostentados” pelo documento indicam, ainda, o grau de confiabilidade de seu conteúdo – o maior possível.

Estaríamos, portanto, diante de um fato novo, cujo potencial seria mesmo de reescrever a História do golpe e da ditadura que o seguiu. Estamos em 2009, repitamos, e o revisionismo da operação historiográfica sobre a ditadura já atingira a imprensa, com o caso mais célebre sendo o da Folha de S. Paulo, que qualificou, em 17 de fevereiro daquele ano, de “ditabranda” o regime imposto em 1964. A reportagem de Mariza Tavares, assim, não deve ser compreendida isoladamente. Ao contrário, é parte da engrenagem que une acadêmicos e outros formadores de opinião, por paixão ou conveniência, na tentativa de ressignificar um dos eventos definidores do Brasil recente³⁶.

A boa prática jornalística assegura, acertadamente, o direito de sigilo da fonte - direito fundamental para o exercício livre da imprensa, sobretudo em seu ramo mais propriamente investigativo – ainda que atualmente esta platitude possa parecer também uma frase extremista. A deontologia da profissão do comunicador, contudo, previne ainda contra o uso acrítico das informações concedidas por quaisquer depoentes. Por motivações do estômago ou da fantasia, Tavares não segue a ética de seu ofício. Ao contrário, parece aceitar a versão extravagante do seu interlocutor secreto, quando uma procura breve e superficial a deixaria informada de que tal documento talvez não tenha sido vítima de tentativa de destruição a sério, posto que, meses depois da sua fabricação – a julgar que ao menos a data da fonte é verdadeira – correu estampado nas páginas de um dos jornais de maior tiragem no Brasil. Ou, ao contrário, houve de fato a tal tentativa de destruição, mas sua sobrevivência foi garantida.

35 TAVARES, Mariza. O braço armado de Brizola. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm> (acessado em 09/11/2015) às 00:39

36 Eurelino Coelho versou belamente sobre isso em: COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. História Revista, Goiânia, v. 20, n. 1, jan. /abr., 2015, p.120-141

Por quem? Pelos setores das Forças Armadas comprometidos com a intensificação da repressão? São perguntas que não figuram na reportagem.

Na verdade, paradoxalmente, as respostas a essas perguntas são menos interessantes do que uma outra observação, que pode ser tecida a partir dos eventos relatados. A versão de Brizola liderando bandos armados pelo interior do Brasil às vésperas do golpe de 1964 parece ter se tornado verossímil o bastante para que uma experimentada jornalista de um grande conglomerado comunicacional no seu trabalho diário tenha abdicado de qualquer suspeita sobre o conteúdo da reportagem. Por incompetência ou por orientação consciente, Mariza Tavares não seguiu os mais óbvios protocolos de verificação das informações que publicou – dado o fato de que uma mera pesquisa em acervos de jornais ou, no caso do documento em questão, da Biblioteca Nacional, revelaria a veiculação do documento “secreto” em edição do Jornal do Brasil. Não sendo possível atestar a natureza do equívoco, resta-me destacar que o senso comum sobre 1964 já estava de tal modo modificado àquela altura que uma publicação com este peso pôde ter sido feita sem maiores cuidados e repercussões. O dado mais revelador é, assim, precisamente este: em 2009, a esquerda foi acusada de liderar, antes do golpe de 1964, uma organização paramilitar com mais de cem mil membros. E ninguém se chocou.

Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (orgs.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BALDISSERA, Marli. **Onde estão os grupos de onze?** Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005

BALDISSERA, Marli. Os “perigosos” grupos dos onze e sua repressão no Alto Uruguai Gaúcho. In: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos Historiadores. Velhos e novos desafios. Florianópolis: UFSC, 2015

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. **História Revista**, Goiânia, v. 20, n. 1, jan./abr., 2015.

DREIFUSS, René. 1964. **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 2004

FILHO, João Roberto Martins. **O palácio e a caserna**. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019

GUTEMBERG, Luiz. **Pedro Simon**. Uma biografia. Brasília: Dédalo, 2001

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 16 de julho de 1964

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 24 de janeiro de 1964

LEITE FILHO, F. C. El Caudillo. **Um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008

MELO, Demian Bezerra (org.). **A miséria da historiografia**. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014

PACHECO, Diego. **Ecos da resistência**. Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

PAULO, Diego Martins Dória. **Leonel Brizola e a Rede do Esclarecimento (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois**. Santa Catarina: EDUSC, 2004.